

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	23
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	195.943.349
Preferenciais	0
Total	195.943.349
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	709.929	747.723	846.876
1.01	Ativo Circulante	128.387	101.329	113.142
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.698	16.299	26.754
1.01.03	Contas a Receber	150	0	14.879
1.01.03.01	Clientes	0	0	14.324
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	150	0	555
1.01.03.02.05	Outros créditos	150	0	555
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.806	1.426	4.947
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.806	1.426	4.947
1.01.07	Despesas Antecipadas	116	138	128
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	80.617	83.466	66.434
1.01.08.03	Outros	80.617	83.466	66.434
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	80.617	83.466	66.434
1.02	Ativo Não Circulante	581.542	646.394	733.734
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	70.533	84.707	102.448
1.02.01.04	Contas a Receber	138	0	44
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	138	0	44
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	70.395	84.707	102.404
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.166	6.436	352
1.02.01.10.04	Partes relacionadas	69.229	78.271	102.032
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	0	0	20
1.02.02	Investimentos	507.731	557.772	553.711
1.02.02.01	Participações Societárias	507.731	557.772	553.711
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	507.731	557.772	553.711
1.02.03	Imobilizado	0	0	72.315
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	0	72.034
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	0	281
1.02.04	Intangível	3.278	3.915	5.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.04.01	Intangíveis	3.278	3.915	5.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	709.929	747.723	846.876
2.01	Passivo Circulante	86.147	70.456	68.482
2.01.02	Fornecedores	329	52	5.440
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	329	52	5.440
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.004	113	3.862
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.004	113	2.379
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	85
2.01.03.01.02	Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	1.004	113	2.294
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	0	1.483
2.01.03.02.01	ICMS	0	0	1.483
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61.498	52.272	53.985
2.01.04.02	Debêntures	61.498	52.272	53.923
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	0	0	62
2.01.05	Outras Obrigações	23.316	18.019	2.888
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.316	18.019	2.520
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.316	18.019	2.520
2.01.05.02	Outros	0	0	368
2.01.05.02.05	Fianças bancárias	0	0	334
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	0	0	34
2.01.06	Provisões	0	0	2.307
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	2.307
2.01.06.02.04	Provisão para desmobilização	0	0	2.307
2.02	Passivo Não Circulante	500.073	565.835	622.917
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	483.107	526.625	558.382
2.02.01.02	Debêntures	483.107	526.625	558.382
2.02.04	Provisões	16.966	39.210	64.535
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	158	72	54
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	158	72	54

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.04.02	Outras Provisões	16.808	39.138	64.481
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	0	13.801
2.02.04.02.04	Provisão para perda de investimento	16.808	39.138	50.408
2.02.04.02.05	Passivo de Arrendamento	0	0	272
2.03	Patrimônio Líquido	123.709	111.432	155.477
2.03.01	Capital Social Realizado	62.557	69.557	149.625
2.03.04	Reservas de Lucros	82.248	62.971	26.948
2.03.04.01	Reserva Legal	12.511	13.911	14.954
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	11.994
2.03.04.10	Reserva de Lucros	69.737	49.060	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-21.096	-21.096	-21.096

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	165.781	122.979	118.625
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.363	-5.178	-9.541
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	170.144	128.157	128.166
3.04.04.01	Resultado com participações societárias	170.144	128.157	128.166
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	165.781	122.979	118.625
3.06	Resultado Financeiro	-72.797	-71.931	-28.435
3.06.01	Receitas Financeiras	14.303	15.860	4.918
3.06.02	Despesas Financeiras	-87.100	-87.791	-33.353
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	92.984	51.048	90.190
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	2.423	-5.213
3.08.01	Corrente	0	2.423	-5.213
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	92.984	53.471	84.977
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	10.551	38.175
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	92.984	64.022	123.152

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	92.984	64.022	123.152
4.03	Resultado Abrangente do Período	92.984	64.022	123.152

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-81.904	-64.778	-67.886
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.496	18.410	46.612
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	92.984	61.599	128.365
6.01.01.02	Depreciação e amortização	637	10.522	20.744
6.01.01.04	Resultado com participações societárias	-170.143	-128.157	-128.168
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingência	22	408	-56
6.01.01.08	Juros variações monetárias e cambiais partes relacionadas	-11.484	-14.141	537
6.01.01.11	Depreciação de ativo de direito de uso	0	44	35
6.01.01.14	Provisão de juros - passivo de arrendamento	0	3	42
6.01.01.16	Atualização financeira de provisão de desmobilização	0	628	1.367
6.01.01.17	Juros, variações monetárias - debêntures	86.488	87.504	23.746
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.122	-5.151	-79.649
6.01.02.01	Contas a receber	0	-456	-3.042
6.01.02.02	Tributos a recuperar	2.890	-1.646	276
6.01.02.03	Partes relacionadas	2.266	2.415	-62.807
6.01.02.04	Outras contas a receber	-288	573	118
6.01.02.05	Despesas antecipadas	22	-1.200	-100
6.01.02.06	Depósitos judiciais	0	-9	-20
6.01.02.09	Fornecedores	277	-2.376	2.806
6.01.02.10	Outras contas a pagar	0	-368	-6.373
6.01.02.11	Provisão para contingência	64	0	38
6.01.02.12	Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	891	-2.084	-10.545
6.01.03	Outros	-86.530	-78.037	-34.849
6.01.03.01	Juros pagos de debêntures	-86.530	-78.037	-5.020
6.01.03.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0	-5.676
6.01.03.05	Custo colocação de debêntures	0	0	-24.153
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	217.018	109.219	-45.455
6.02.01	Incorporação de controlada, líquido de caixa	0	0	510

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.02	Investimento em controladas	0	-4.000	-230.000
6.02.04	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	0	-5.745	-4.153
6.02.05	Partes Relacionadas recebimento de dividendos	124.949	109.257	40.236
6.02.07	Partes Relacionadas recebimento de mútuo	24.261	25.712	240.263
6.02.09	Aquisição de participação em controladas	0	0	-8.525
6.02.10	Partes relacionadas - concessão de mútuo	0	0	-83.786
6.02.11	Caixa líquido decorrente de cisão	0	-16.005	0
6.02.12	Redução de capital de controladas	67.808	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-107.715	-54.896	134.103
6.03.01	Pagamento de debêntures	-34.250	-42.875	-92.475
6.03.02	Partes relacionadas - pagamento de dividendos	-66.465	-11.994	-132.486
6.03.04	Depósitos vinculados a debêntures	0	0	38.390
6.03.07	Redução de capital	-7.000	0	0
6.03.11	Captação de debêntures	0	0	625.000
6.03.12	Pagamento de arrendamento mercantil	0	-27	-24
6.03.13	Partes relacionadas - pagamento principal mútuo	0	0	-205.302
6.03.14	Redução de capital	0	0	-99.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.399	-10.455	20.762
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.299	26.754	5.992
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	43.698	16.299	26.754

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	69.557	0	62.971	0	-21.096	111.432
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	69.557	0	62.971	0	-21.096	111.432
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-7.000	0	-50.460	0	0	-57.460
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.060	0	0	-49.060
5.04.09	Redução de capital	-7.000	0	0	0	0	-7.000
5.04.10	Reversão de reserva legal	0	0	-1.400	0	0	-1.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	92.984	0	92.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.984	0	92.984
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	69.737	-92.984	0	-23.247
5.06.05	Reserva de lucros	0	0	69.737	-69.737	0	0
5.06.07	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-23.247	0	-23.247
5.07	SalDOS Finais	62.557	0	82.248	0	-21.096	123.709

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.625	0	26.948	0	-21.096	155.477
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.625	0	26.948	0	-21.096	155.477
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.994	-16.005	0	-27.999
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.005	0	-16.005
5.04.08	Distribuição de dividendos (i)	0	0	-11.994	0	0	-11.994
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	64.022	0	64.022
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	64.022	0	64.022
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-80.068	0	48.017	-48.017	0	-80.068
5.06.04	Acervo cindido por reestruturação societária (ii)	-80.068	0	0	0	0	-80.068
5.06.05	Reserva de lucros	0	0	49.060	-49.060	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	-1.043	1.043	0	0
5.07	Saldos Finais	69.557	0	62.971	0	-21.096	111.432

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	248.625	0	17.466	0	-4.964	261.127
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	248.625	0	17.466	0	-4.964	261.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-99.000	0	-8.670	-105.000	0	-212.670
5.04.06	Dividendos	0	0	-8.670	-105.000	0	-113.670
5.04.08	Redução de capital	-99.000	0	0	0	0	-99.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	11.994	111.158	-16.132	107.020
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.152	0	123.152
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.132	-16.132
5.05.02.06	Aquisição de participação societária na Galheiros Geração de energia elétrica S.A. 4,65% ARS Energia	0	0	0	0	-919	-919
5.05.02.07	Aquisição de participação societária na Santa Cruz Power Corporation S.A. 10% da VHT e P. Holding	0	0	0	0	-15.213	-15.213
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	11.994	-11.994	0	0
5.05.03.02	Dividendos adicionais propostos	0	0	11.994	-11.994	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.158	-6.158	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.158	-6.158	0	0
5.07	Saldos Finais	149.625	0	26.948	0	-21.096	155.477

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	0	0	740
7.01.02	Outras Receitas	0	0	740
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.143	-3.601	-2.864
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.115	-2.598	-835
7.02.04	Outros	-28	-1.003	-2.029
7.02.04.03	Outros	-28	-1.003	-2.029
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.143	-3.601	-2.124
7.04	Retenções	-637	-764	-1.116
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-637	-764	-1.116
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.780	-4.365	-3.240
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	172.963	165.585	199.321
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	170.144	128.157	128.168
7.06.02	Receitas Financeiras	2.819	15.882	8.161
7.06.03	Outros	0	21.546	62.992
7.06.03.01	Valor adicionado total a distribuir de operações descontinuadas	0	21.546	62.992
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	169.183	161.220	196.081
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	169.183	161.220	196.081
7.08.01	Pessoal	550	308	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	258	208	0
7.08.01.02	Benefícios	257	62	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	35	38	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55	-1.915	11.507
7.08.02.01	Federais	55	-1.941	11.474
7.08.02.03	Municipais	0	26	33
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.594	87.810	36.605
7.08.03.01	Juros	72.168	87.504	23.244
7.08.03.02	Aluguéis	-22	18	8
7.08.03.03	Outras	3.448	288	13.353

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	92.984	64.022	123.152
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	92.984	64.022	123.152
7.08.05	Outros	0	10.995	24.817
7.08.05.01	Resultado de operações descontinuadas	0	-10.551	-38.175
7.08.05.02	Valor adicionado distribuído de operações descontinuadas	0	21.546	62.992

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	911.235	953.078	1.047.726
1.01	Ativo Circulante	123.946	122.439	115.003
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	76.999	83.908	60.106
1.01.03	Contas a Receber	37.727	34.859	46.090
1.01.03.01	Clientes	35.606	32.541	44.119
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.121	2.318	1.971
1.01.03.02.05	Outros créditos	2.121	2.318	1.971
1.01.04	Estoques	637	637	638
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.992	2.620	6.702
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.992	2.620	6.702
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.591	415	422
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	0	1.045
1.01.08.03	Outros	0	0	1.045
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	0	0	1.045
1.02	Ativo Não Circulante	787.289	830.639	932.723
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.460	46.971	39.980
1.02.01.04	Contas a Receber	9.983	8.930	7.622
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	9.983	8.930	7.622
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.018	2.295	2.572
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	21.459	35.746	29.786
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.166	6.436	352
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a debêntures	0	9.990	8.955
1.02.01.10.05	Ativo financeiro	20.044	19.147	18.054
1.02.01.10.07	Depósitos judiciais	249	173	2.425
1.02.03	Imobilizado	659.173	671.197	764.401
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	658.936	670.478	762.970
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	237	719	1.431
1.02.04	Intangível	94.656	112.471	128.342

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.04.01	Intangíveis	94.656	112.471	128.342

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	911.235	953.078	1.047.726
2.01	Passivo Circulante	189.126	171.520	152.750
2.01.02	Fornecedores	13.050	11.485	13.336
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.050	11.485	13.336
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.793	5.872	9.042
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.710	5.785	7.485
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.962	2.856	2.865
2.01.03.01.02	Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	4.748	2.929	4.620
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	83	87	1.557
2.01.03.02.01	ICMS	83	87	1.557
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	91.886	82.500	81.701
2.01.04.02	Debêntures	91.586	82.212	81.401
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	300	288	300
2.01.05	Outras Obrigações	36.762	29.773	8.299
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	36.762	29.773	5.928
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	36.762	29.773	5.928
2.01.05.02	Outros	0	0	2.371
2.01.05.02.04	Earn out aquisição acionária	0	0	318
2.01.05.02.05	Fianças bancárias	0	0	1.719
2.01.05.02.06	Pesquisa e desenvolvimento	0	0	300
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	0	0	34
2.01.06	Provisões	38.635	41.890	40.372
2.01.06.02	Outras Provisões	38.635	41.890	40.372
2.01.06.02.04	Provisão liminar garantia física, GSF e penalidade de lastro de energia	38.635	41.890	38.065
2.01.06.02.05	Provisão para desmobilização	0	0	2.307
2.02	Passivo Não Circulante	568.986	640.447	706.410
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	558.445	630.413	680.261
2.02.01.02	Debêntures	558.445	630.413	680.261

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02	Outras Obrigações	946	532	633
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	17
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	17
2.02.02.02	Outros	946	532	616
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	946	532	616
2.02.04	Provisões	9.595	8.639	24.129
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.595	8.639	10.328
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.595	8.639	10.328
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	13.801
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	0	13.801
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	863	1.387
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	0	863	1.387
2.02.05.01.01	Passivo de Arrendamento	0	863	1.387
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	153.123	141.111	188.566
2.03.01	Capital Social Realizado	62.557	69.557	149.625
2.03.04	Reservas de Lucros	82.248	62.971	26.948
2.03.04.01	Reserva Legal	12.511	13.911	14.954
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	11.994
2.03.04.10	Reserva de Lucros	69.737	49.060	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-21.096	-21.096	-21.096
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	29.414	29.679	33.089

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	326.479	301.932	274.570
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-110.182	-112.471	-34.964
3.02.04	Custo de serviço de energia elétrica	-110.182	-112.471	-34.964
3.03	Resultado Bruto	216.297	189.461	239.606
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.790	-19.479	-27.203
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.790	-19.479	-27.203
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	203.507	169.982	212.403
3.06	Resultado Financeiro	-88.755	-101.265	-100.352
3.06.01	Receitas Financeiras	13.476	11.641	9.137
3.06.02	Despesas Financeiras	-102.231	-112.906	-109.489
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	114.752	68.717	112.051
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.105	-9.494	-16.132
3.08.01	Corrente	-13.105	-9.494	-16.132
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.647	59.223	95.919
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	10.551	38.175
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	101.647	69.774	134.094
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	92.984	64.022	123.152
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.663	5.752	10.942
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,47	0,25	0,25
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,47	0,25	0,25

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	101.647	69.774	134.094
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	101.647	69.774	134.094
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	92.984	64.022	123.152
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.663	5.752	10.942

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	142.411	131.622	-16.390
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	251.826	241.600	230.171
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	114.752	79.268	150.226
6.01.01.02	Depreciação e amortização	37.845	49.927	52.995
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	0	39	112
6.01.01.05	Provisão de desmobilização	0	628	1.367
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingência	22	895	60
6.01.01.07	Juros, variações monetárias - debêntures	102.976	108.000	70.020
6.01.01.08	Juros variações monetárias e cambiais partes relacionadas	0	0	1.047
6.01.01.11	Depreciação de ativo de direito de uso	357	475	179
6.01.01.12	Atualização ativo financeiro	-897	-1.093	-1.827
6.01.01.13	Repactuação de riscos hidrológicos	0	0	-71.737
6.01.01.14	Provisão de juros - passivo de arrendamento	26	18	213
6.01.01.15	Provisão e atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia	-3.255	3.443	27.516
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.241	-9.222	-169.835
6.01.02.01	Contas a receber	-3.065	-3.202	-3.854
6.01.02.02	Tributos a recuperar	2.898	-946	26
6.01.02.03	Partes relacionadas	0	-102	-60.958
6.01.02.04	Outras contas a receber	-856	-1.680	30
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-2.899	-905	174
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-76	2.223	-2.294
6.01.02.08	Ativos financeiros	0	0	554
6.01.02.09	Fornecedores	1.565	1.161	-1.884
6.01.02.10	Outras contas a pagar	414	-2.454	-9.263
6.01.02.11	Provisão para contingência	934	-2.193	2.627
6.01.02.12	Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	-156	-1.505	-11.661
6.01.02.14	Estoques	0	-1	-129
6.01.02.15	Provisão liminar garantia física, GSF e penalidade de lastro de energia	0	382	-83.203

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.03	Outros	-108.174	-100.756	-76.726
6.01.03.01	Juros pagos de debêntures	-98.146	-91.261	-36.923
6.01.03.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.028	-9.495	-15.650
6.01.03.05	Custo colocação de debêntures	0	0	-24.153
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.488	-26.171	215.401
6.02.04	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-8.488	-10.166	-12.131
6.02.07	Partes Relacionadas recebimento de mútuo	0	0	235.971
6.02.09	Aquisição de participação em controladas	0	0	-8.439
6.02.11	Caixa líquido decorrente de cisão	0	-16.005	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-140.832	-81.649	-172.679
6.03.01	Pagamento de debêntures	-67.424	-65.776	-425.327
6.03.02	Partes relacionadas - pagamento de dividendos	-75.646	-14.587	-137.394
6.03.04	Depósitos vinculados a debêntures	9.990	-1.035	39.077
6.03.07	Redução de capital	-7.000	0	-99.000
6.03.08	Partes relacionadas - pagamento principal mútuo	0	0	-174.899
6.03.11	Captação de debêntures	0	0	625.000
6.03.12	Pagamento de arrendamento mercantil	-752	-251	-136
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.909	23.802	26.332
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	83.908	60.106	33.774
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	76.999	83.908	60.106

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	69.557	0	62.971	0	-21.096	111.432	29.679	141.111
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	69.557	0	62.971	0	-21.096	111.432	29.679	141.111
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-7.000	0	-50.460	0	0	-57.460	-6.872	-64.332
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.060	0	0	-49.060	-6.872	-55.932
5.04.09	Redução de capital	-7.000	0	0	0	0	-7.000	0	-7.000
5.04.10	Reversão de reserva legal	0	0	-1.400	0	0	-1.400	0	-1.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	92.984	0	92.984	8.663	101.647
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.984	0	92.984	8.663	101.647
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	69.737	-92.984	0	-23.247	-2.056	-25.303
5.06.05	Reserva de lucros	0	0	69.737	-69.737	0	0	0	0
5.06.07	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-23.247	0	-23.247	-2.056	-25.303
5.07	Saldos Finais	62.557	0	82.248	0	-21.096	123.709	29.414	153.123

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	149.625	0	26.948	0	-21.096	155.477	33.089	188.566
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.625	0	26.948	0	-21.096	155.477	33.089	188.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.994	-16.005	0	-27.999	-9.162	-37.161
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.005	0	-16.005	-1.366	-17.371
5.04.08	Distribuição de dividendos (i)	0	0	-11.994	0	0	-11.994	-7.796	-19.790
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	64.022	0	64.022	5.752	69.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	64.022	0	64.022	5.752	69.774
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-80.068	0	48.017	-48.017	0	-80.068	0	-80.068
5.06.04	Acervo cindido por reestruturação societária (ii)	-80.068	0	0	0	0	-80.068	0	-80.068
5.06.05	Reserva de lucros	0	0	49.060	-49.060	0	0	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	-1.043	1.043	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	69.557	0	62.971	0	-21.096	111.432	29.679	141.111

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	248.625	0	17.466	0	-4.964	261.127	25.337	286.464
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	248.625	0	17.466	0	-4.964	261.127	25.337	286.464
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-99.000	0	-8.670	-105.000	0	-212.670	-7.705	-220.375
5.04.06	Dividendos	0	0	-8.670	-105.000	0	-113.670	-7.705	-121.375
5.04.08	Redução de capital	-99.000	0	0	0	0	-99.000	0	-99.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	11.994	111.158	-16.132	107.020	15.457	122.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.152	0	123.152	10.942	134.094
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.132	-16.132	4.515	-11.617
5.05.02.06	Aquisição de participação societária na Galheiros Geração de energia elétrica S.A. 4,65% ARS Energia	0	0	0	0	-919	-919	-2.600	-3.519
5.05.02.07	Aquisição de participação societária na Santa Cruz Power Corporation S.A. 10% da VHT e P. Holding	0	0	0	0	-15.213	-15.213	7.115	-8.098
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	11.994	-11.994	0	0	0	0
5.05.03.02	Dividendos adicionais propostos	0	0	11.994	-11.994	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.158	-6.158	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.158	-6.158	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	149.625	0	26.948	0	-21.096	155.477	33.089	188.566

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	340.768	316.202	288.117
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	340.768	316.183	287.092
7.01.02	Outras Receitas	0	19	1.025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-76.134	-82.764	-8.229
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-41.842	-42.987	20.610
7.02.04	Outros	-34.292	-39.777	-28.839
7.02.04.01	Manutenção	-23.943	-24.678	-12.927
7.02.04.02	Encargos de transmissão de energia	-7.893	-8.263	-5.850
7.02.04.03	Outros	-2.456	-6.836	-10.062
7.03	Valor Adicionado Bruto	264.634	233.438	279.888
7.04	Retenções	-38.204	-40.644	-33.511
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.204	-40.644	-33.511
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	226.430	192.794	246.377
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.476	33.188	73.186
7.06.02	Receitas Financeiras	13.476	11.642	10.194
7.06.03	Outros	0	21.546	62.992
7.06.03.01	Valor adicionado total a distribuir de operações descontinuadas	0	21.546	62.992
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	239.906	225.982	319.563
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	239.906	225.982	319.563
7.08.01	Pessoal	8.949	7.541	14.324
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.691	5.952	12.451
7.08.01.02	Benefícios	1.789	1.076	1.446
7.08.01.03	F.G.T.S.	469	513	427
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.076	24.431	35.753
7.08.02.01	Federais	26.826	24.431	35.658
7.08.02.02	Estaduais	250	0	16
7.08.02.03	Municipais	0	0	79
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	102.234	113.241	110.575

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.01	Juros	100.091	108.000	67.404
7.08.03.02	Aluguéis	2	334	30
7.08.03.03	Outras	2.141	4.907	43.141
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.647	69.774	134.094
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.647	64.022	123.152
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	5.752	10.942
7.08.05	Outros	0	10.995	24.817
7.08.05.01	Resultado de operações descontinuadas	0	-10.551	-38.175
7.08.05.02	Valor adicionado distribuído de operações descontinuadas	0	21.546	62.992

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

1. Considerações iniciais

A Companhia seguiu bastante ativa no exercício de 2023, promovendo melhorias em suas operações e gestão, buscando adotar as melhores práticas no setor, continuamos com a implementação de tecnologias de ponta em automação em nossos negócios e digitalização de atividades suportes, visando maior eficiência dos nossos custos sempre acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil em seus mercados.

Os Resultados Operacionais Consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 refletem um aumento na receita líquida vendas de energia de 8,1% principalmente explicado pelo cenário hidrológico do período, aumento nos custos operacionais.

A geração de caixa operacional das operações continuadas do Grupo, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 241.709 mil em dezembro de 2023 que representa um aumento de +15% comparado com o mesmo período do ano anterior. Resultado explicado pela diminuição das despesas gerais e administrativas, principalmente, devido a mudança do critério de rateio das despesas com pessoal das áreas corporativas e tecnologia da informação.

A administração da Companhia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders, seguindo otimista quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiante nos negócios, baseada em eficiência operacional, governança corporativa, sustentabilidade, disciplina financeira e crescimento sinérgico, cada vez mais preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Ambiente Macroeconômico

A atividade econômica mantém os sinais de resiliência. A criação de vagas formais no mercado de trabalho ainda avança, contribuindo para manter a taxa de desemprego no menor patamar desde 2014 e impulsionar a demanda doméstica e o setor de serviços. A projeção de agentes econômicos indicou crescimento do PIB brasileiro de 2,9% em 2023, praticamente o mesmo ritmo de expansão observado no ano anterior, com expectativa de manutenção da variação positiva do PIB decorrente da manutenção dos estímulos fiscais que foram implementados ao longo de 2022. O notório desempenho do setor agropecuário (materializado na supersafra agrícola) em 2023 contribuiu para crescimento do PIB. Entretanto, a desaceleração iniciada no segundo semestre de 2023, incidirá em uma queda no setor para 2024 penalizado pela adversidade climática.

A melhora na dinâmica dos preços de produtos industriais e alimentos registrada compensou uma pressão ligeiramente maior do que o inicialmente esperado nos núcleos de serviços, resultando em IPCA de 4,6% para o ano de 2023. Embora o índice tenha sido superior à meta de inflação estipulada no regime monetário, a variação voltou a ficar dentro do intervalo de tolerância pela primeira vez desde 2020, possibilitando ao Banco Central do Brasil manter o processo de distensão monetária, tendo reduzido a taxa básica de juros em 1,0 ponto percentual do quarto trimestre, trazendo a Selic para 11,75% a.a.

O Brasil entra em 2024 em cenário de desaceleração gradual da atividade e da inflação, ciclo de flexibilização monetária, balanço de pagamentos razoável e um cenário fiscal desafiador. O avanço da reforma tributária e fiscal no primeiro ano do novo governo federal incorre no principal desafio para o cenário do ano de 2024: a meta fiscal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Ambiente Regulatório

Quanto aos aspectos legais e regulatórios, podemos destacar os seguintes eventos relevantes e que têm impactado a Companhia desde o segundo semestre de 2021: (i) a alteração do prazo final das outorgas de geração de energia elétrica, com o início do prazo vinculado à entrada em operação comercial dos empreendimentos, conforme previsto na Lei nº 14.120/2021; e (ii) a publicação das normativas necessárias para a solução de questões envolvendo o chamado Generation Scaling Factor – GSF, que vinha impactando de forma significativa o setor elétrico nos últimos anos.

Os efeitos decorrentes da alteração do prazo final das outorgas por força do disposto na Lei nº 14.120/2021 encontram-se vigentes e foram devidamente validados pela ANEEL, sendo aplicáveis à todas as SPEs, com exceção de Afluente Geração. Tais efeitos acarretaram a prorrogação do prazo final da outorga ao determinar o início a contagem do prazo da outorga a partir da entrada em operação comercial, conforme quadro abaixo:

SPE	Usina	Entrada em Operação Comercial	Data Final Outorga - Original	Novo Prazo Final da Outorga Ajustada + Extensão GSF
Bahia PCH	Sítio Grande	23-out-2010	10-dez-2029	22-out-2047
Afluente G	Alto Fêmeas I	-	19-out-2027	20-dez-2028
Afluente G	Presidente Goulart	-	08-ago-2027	21-mar-2029
Santa Cruz	São Domingos II	07-mai-2009	27-nov-2031	05-mai-2046
Galheiros	Galheiros I	09-nov-2012	05-ago-2040	07-nov-2049
Goiás Sul	Goandira	11-nov-2010	16-abr-2033	13-jun-2045
Goiás Sul	Nova Aurora	19-jan-2011	25-jun-2034	02-set-2045
Rio PCH	Pirapetinga	14-ago-2009	09-mar-2033	26-jan-2044
Rio PCH	Pedra do Garrafão	18-set-2009	19-mar-2033	20-fev-2044

Após a publicação da Lei nº 14.052/2020 e a edição da Resolução Normativa nº 1.035/2022 – que prevê a metodologia de cálculo para extensão dos prazos das outorgas das usinas hidrelétricas em troca da renúncia das ações judiciais que discutem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e, conseqüentemente, da quitação dos débitos em aberto junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no dia 15 de agosto de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 3.242, que homologou os referidos prazos.

Tais resoluções reconhecem o direito à extensão dos prazos de outorga de todas as PCHs, os quais encontram-se garantidos, fato este que possibilitou ao Grupo registrar um ativo intangível no montante de R\$71.736 mil no exercício de 2021, referente ao valor presente líquido das extensões das outorgas das usinas e, em contrapartida, reconhecer a recuperação de custos na rubrica de energia elétrica comprada para revenda, nos mesmos montantes.

Em outubro de 2021, as Controladas Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.; Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. e Bahia PCH I S.A. aderiram à repactuação do GSF, formalizando assim a desistência da ação judicial referente ao tema (Processo Nº 0034944-23.2015.4.01.3400).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Responsabilidade Social e ambiental

Desde sua criação, a Essentia PCHs tem uma visão única e especial acerca do tema sustentabilidade. A missão da Essentia PCHs é gerar negócios de qualidade em energia renovável com ética, rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

Entendemos que o investimento social cria oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios.

No segundo trimestre de 2023, foi finalizado o Projeto de intervenções através da Educação Ambiental: a biota aquática, o uso dos recursos hídricos, a pesca e o papel da sociedade no médio curso do rio Itabapoana. O objetivo foi oferecer informação de fácil acesso sobre aspectos da pesca no rio Itabapoana em locais estratégicos frequentados para pesca esportiva, amadora e profissional para diferentes faixas etárias. Ao todo foram investidos R\$ 34.800,00.

Os Programas de Monitoramentos estabelecidos no Plano Básico Ambiental para a fase de Operação das PCH's foram executados no segundo semestre de 2023, de acordo cronograma para o período como: Monitoramento de Fauna terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Gerenciamento de Resíduos (PGRS); Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social; Programa de Monitoramento Limnológico, da Qualidade da Água e das Macrófitas Aquáticas; Programa de Controle de Zoonoses; Programa de Monitoramento Sedimentológico e Controle de Erosão; Programa de Monitoramento do Trecho de Vazão Reduzida (TVR); Programa de Produtividade Pesqueira; Programa de Saúde.

Para dar cumprimento e conceder estrita observância às leis e regramentos que se aplicam aos empreendimentos da companhia, a companhia executa diversos programas socioambientais, alinhados com as necessidades do meio ambiente de cada região e aprovados pelos órgãos licenciadores. No terceiro trimestre de 2023 também foi dado a continuidade à execução dos Programas ambientais programados para o período, como o Programa de Monitoramento de Fauna terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGRS); Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social; Programa de Monitoramento Limnológico, da Qualidade da Água e das Macrófitas Aquáticas; Programa de Controle de Zoonoses; Programa de Monitoramento Sedimentológico e Controle de Erosão; Programa de Monitoramento do Trecho de Vazão Reduzida (TVR); Programa de Produtividade Pesqueira; Programa de Saúde.

No terceiro trimestre de 2023, finalizamos as compras para equiparmos dois Centros de Ensino de Informática (CEI), no município de São Domingos (GO). Foram investidos aproximadamente R\$ 107.000,00 em parceria com duas escolas municipais, o projeto visa a melhoria na educação dos estudantes do ensino fundamental I e II, os CEIs serão inaugurados no quarto trimestre de 2023.

No quarto trimestre de 2023, finalizamos as compras para equiparmos a UTI Neonatal do Hospital São Vicente de Paulo, entidade filantrópica instalada em Bom Jesus de Itabapoana/RJ. Foram investidos aproximadamente R\$42.000,00. A UTI Neonatal será inaugurada em 2024.

O Programa de Visitação da Essentia Energia tem como objetivo (i) Despertar o interesse em estudantes das diversas faixas etárias ao “mundo” de geração de energia renovável; (ii) difundir conhecimento de como funciona a geração de energia renováveis (eólica/hidrelétrica/solar); (iii) apresentar as diversas áreas e profissões que atuam no setor de energia. Em 2023, as usinas da Essentia Energia abriram suas portas para 468 estudantes, sendo 97 no 4º trimestre.

Em dezembro foi realizado o projeto Natal Solidário em todas as usinas da Essentia Energia, ao todo foram contemplados 9 instituições, 560 crianças e 73 idosos. Foram doados brinquedos, cestas básicas e produtos de limpeza para pessoas em vulnerabilidade social e situação de risco.

Todos os empreendimentos fazem gestão dos seus requisitos legais e atendimento às suas Licenças ambientais. Em 2023 foram renovadas 02 Autorizações ambientais, obtidas 03 Licenças de Operação, 1 Autorizações de supressão de vegetação, 01 Autorização de Manejo de Fauna Terrestre, além de protocolado processo de renovação de 01 autorização de uso de água, dentro dos prazos estabelecidos na legislação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita líquida foi de R\$ 326.479 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 8,1% (R\$ 24.547 mil) em relação ao mesmo período do ano anterior que é decorrente substancialmente do reajuste do preço da energia e melhor hidrologia. Abaixo o quadro com a composição da receita líquida:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida		
Receita com energia	340.768	316.202
(-) Impostos sobre vendas	(12.194)	(11.592)
(-) Encargos sobre concessão	(1.582)	(2.258)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(513)	(420)
	326.479	301.932

Geração Operacional de Caixa

O EBITDA é uma medida não contábil calculada a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utiliza esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional da Companhia. Abaixo o cálculo do EBITDA do exercício findo em dezembro de 2023 e 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	101.646	59.223
Depreciação e amortização	38.203	40.347
Resultado financeiro	88.755	101.265
Imposto de renda e contribuição social	13.105	9.494
EBITDA	241.709	210.329

A geração de caixa operacional das operações continuadas da Companhia, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 241.709 mil no exercício findo em dezembro de 2023 (+15,0% frente 2022), impactado principalmente pela melhor hidrologia do período.

Resultado do exercício

O Grupo apurou um lucro líquido das operações continuadas, de R\$ 101.647 mil no exercício findo em dezembro de 2023, o que representa um aumento de R\$ 42.424 mil em relação ao lucro apurado no mesmo período de 2022, conforme demonstrado abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	326.479	301.932
Custo do serviço de energia elétrica	(110.182)	(112.471)
Lucro bruto	216.297	189.461
Despesas gerais e administrativas	(12.790)	(19.479)
Resultado com participações societárias	-	-
Lucro operacional	201.184	169.982
Receitas financeiras	13.476	11.641
Despesas financeiras	(102.231)	(112.906)
Resultado financeiro	(88.755)	(101.265)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	114.752	68.717
Imposto de renda e contribuição social	(13.105)	(9.494)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	101.647	59.223
Operações descontinuadas		
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	-	10.551
Lucro líquido do exercício	101.647	69.774

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2023, a posição da dívida do Grupo era de R\$ 650.031 mil que representa uma redução de 8,78 % em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cuja dívida total era de R\$ 712.625 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Limited foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras anuais e revisão limitada das informações financeiras trimestrais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas com honorários de auditoria totalizaramo montante de R\$ 1.223 mil. Em 31 de dezembro de 2022 as despesas totalizaram R\$ 887 mil.

7. Agradecimentos

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Notas Explicativas

ESSENTIA PCHS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Essentia PCHs S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010, podendo, por deliberação do Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Em 30 de junho de 2022, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria") através de suas investidas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. concluiu a operação de compra da totalidade das ações da Companhia.

A Companhia controla as seguintes empresas, que detém ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

	Participação		Tipo de geração
	31/12/2023	31/12/2022	
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Rio PCH I S.A.	70%	70%	Hidrelétrica
Bahia PCH I S.A.	100%	100%	Hidrelétrica

Cisão das operações de energia termoeletrica

No mês de maio de 2022, a Companhia realizou cisão parcial de seus ativos. Foram cindidas as filiais da operação de termoeletrica. A leitura dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas deve considerar que a comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 tem a particularidade da inclusão do resultado das filiais cindidas em conta específica de atividade descontinuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

Continuidade das operações

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos circulantes do Consolidado excederam os ativos circulantes no montante de R\$65.180 (R\$49.081 em 31 dezembro de 2022) decorrente substancialmente das debêntures emitidas para custeio da construção da infraestrutura de Geração hidrelétrica de suas controladas e da provisão da liminar garantia física e penalidade de lastro de energia da controlada Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz").

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Total do ativo circulante	123.946	122.439
Total do passivo circulante	189.126	171.520
Capital circulante líquido negativo	(65.180)	(49.081)

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição do pagamento ou não de montantes junto à CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do Grupo e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de fevereiro de 2024.

Notas Explicativas

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3.1 Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisição societárias e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

2.5 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

Notas Explicativas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passou a ser até 05 de maio de 2039.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente G")

Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluente G possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Notas Explicativas

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passou a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 13 de junho de 2045 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 02 de setembro de 2045.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Notas Explicativas

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passou a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passou a ser até 19 de setembro de 2039.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 26 de janeiro de 2044 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passou a ser até 23 de outubro de 2040.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

2.6 Transações com participações de não controladores

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

2.8 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis e critérios de consolidação estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas.

4. GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira com empresas do mesmo grupo econômico	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Monitoramento das políticas de câmbio do Banco Central do Brasil
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI e IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

Notas Explicativas

O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário ("DI") e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Operação	Indaxador	Saldo em exposição	Consolidado				
			31/12/2023				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		9,98%	7,49%	12,48%	4,99%	14,98%
	IPCA		3,86%	2,90%	4,83%	1,93%	5,79%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	76.999	7.687	5.765	9.609	3.844	11.531
Debêntures – Juros	IPCA	(105.524)	(4.073)	(3.055)	(5.092)	(2.037)	(6.110)
Debêntures – Juros	CDI	(563.019)	(56.208)	(42.156)	(70.260)	(28.104)	(84.312)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Notas Explicativas

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data do balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$43.698 (R\$16.299 em 31 de dezembro de 2022) e no Consolidado de R\$76.999 (R\$83.908 em 31 de dezembro de 2022) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Notas Explicativas

Controladora						
Nota	Vencimentos				Total Geral	
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)		
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	19	329	-	-	-	329
Debêntures	20	116.495	247.339	280.051	152.824	796.709
Parte relacionadas	22	23.316	-	-	-	23.316
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	19	52	-	-	-	52
Debêntures	20	121.289	258.012	276.622	310.115	966.038
Parte relacionadas	22	18.019	-	-	-	18.019

Consolidado						
Nota	Vencimentos				Total Geral	
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)		
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	19	13.050	-	-	-	13.050
Debêntures	20	151.489	316.949	299.092	152.824	920.354
Partes relacionadas	22	36.762	-	-	-	36.762
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	38.635	-	-	-	38.635
Passivo de arrendamento		300	-	-	-	300
Outras contas a pagar		-	946	-	-	946
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	19	11.485	-	-	-	11.485
Debêntures	20	157.914	331.566	331.322	310.115	1.130.917
Partes relacionadas	22	29.773	-	-	-	29.773
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	41.890	-	-	-	41.890
Passivo de arrendamento		288	863	-	-	1.150
Outras contas a pagar		-	532	-	-	532

- (i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores e partes relacionadas.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Notas Explicativas

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total das debêntures	20	544.605	578.897	650.031	712.625
(-) caixa e equivalente de caixa	8	(43.698)	(16.299)	(76.999)	(83.908)
(-) Depósitos vinculados a debêntures	14	-	-	-	(9.990)
Dívida líquida		500.907	562.598	573.032	618.727
Total do patrimônio líquido	25	123.709	111.432	153.123	141.111
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		624.616	674.030	726.155	759.838

Índice de alavancagem financeira - %	80%	83%	79%	81%
---	------------	------------	------------	------------

Os detalhes sobre as cláusulas contratuais restritivas (“*covenants*”) do Grupo estão detalhadas na nota explicativa nº 20.

4.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

Notas Explicativas

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas do Grupo participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, às usinas do Grupo participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) (“Garantia Física”). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. O Grupo está acompanhando a situação regulatória de perto, mas até o momento não há indicativos de que haverá qualquer reforma na Portaria nº 376/2015. Essa portaria suspende os efeitos do art. 6º da Portaria nº 463/2009, que trata sobre a revisão ordinária da garantia física das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Essa suspensão significa que a garantia física das PCHs permanecerá inalterada enquanto a Portaria nº 376/2015 estiver em vigor. Não há indicativos de reformas futuras que possam impactar a garantia física das PCHs.

A Companhia possui uma política de “comercialização” de energia que é implementada pela área comercial e pelo comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia do Grupo no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro do Grupo. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que o Grupo terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.

Notas Explicativas

- Controle da vazão da água para evitar cheias, abrindo ou fechando as comportas das barragens conforme necessário.
- Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

4.4 Ativos e passivos mensurado ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.698	16.299	76.999	83.908
Contas a receber	9	-	-	35.606	32.541
Ativos financeiros	15	-	-	20.044	19.147
Partes relacionadas	22	149.846	161.736	-	-
Depósitos vinculados a debêntures	14	-	-	-	9.990
Outras contas a receber	13	-	-	12.104	11.248
Ao custo amortizado		193.544	178.035	144.753	156.834

Passivos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures	20	544.605	578.897	650.031	712.625
Partes relacionadas	22	23.316	18.019	36.762	29.773
Fornecedores	19	329	52	13.050	11.485
Provisão Liminar garantia Física e penalidade de lastro de energia	23	-	-	38.635	41.890
Passivo de Arrendamento		-	-	300	288
Outras contas a pagar		-	-	946	532
Ao custo amortizado		568.250	596.968	739.724	796.593

Notas Explicativas

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em 31 dezembro de 2023 e de 2022, a Administração do Grupo avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

O Grupo administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de suas usinas hidrelétricas. O Grupo possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida de venda de energia.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

Notas Explicativas

(e) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

7. ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). Divulgação de Políticas Contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em banco e em caixa	161	96	1.023	649
Recursos em aplicações financeiras	43.537	16.203	75.976	83.259
	43.698	16.299	76.999	83.908

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de média de 101,50% CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de PECLD e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de contas a receber é de R\$35.606 (R\$32.541 em 31 de dezembro de 2022) no Consolidado.

Segue abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	34.482	32.165
Vencidos de 1 a 30 dias	800	-
Vencidos de 31 a 90 dias	280	376
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 360 dias	44	-
Vencidos há mais de 360 dias	-	-
	35.606	32.541

10. ESTOQUE

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, seja para o uso na manutenção das usinas ou para reposição de peças que compõem um ativo imobilizado, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo de estoques é de R\$ 637.

Notas Explicativas

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte ("IRRF"), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") e imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CSLL").

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
IRRF	3.427	-	4.330	791
COFINS e PIS a recuperar	-	-	150	187
IRPJ e CSLL	320	1.319	330	1.432
INSS a compensar	-	26	-	26
Outros	59	81	182	184
	3.806	1.426	4.992	2.620
Não Circulante				
IRRF	-	3.309	-	3.309
IRPJ e CSLL	1.166	3.127	1.166	3.127
	1.166	6.436	1.166	6.436
	4.972	7.862	6.158	9.056

12. DESPESAS ANTECIPADAS

Política contábil

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear, das licenças ambientais e de software, assim como, da repactuação do risco hidrológico para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropria a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Repactuação do risco hidrológico (i)	-	-	276	276
Seguros	-	23	3.199	23
Licença ambiental	116	115	116	116
	116	138	3.591	415
Não circulante				
Repactuação do risco hidrológico (i)	-	-	2.018	2.295
	-	-	2.018	2.295
	116	138	5.609	2.710

- (i) Valor da repactuação do risco hidrológico relativo a prêmio de seguro pago em 2015 e apropriado como despesa ao resultado conforme prazo de outorga das usinas beneficiadas.

Notas Explicativas

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Adiantamento a funcionários	86	-	78	19
Adiantamento a fornecedores	65	-	484	955
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	-	889	1.344
Outros			670	-
	151	-	2.121	2.318
Não circulante				
Neoenergia S.A. (i)	-	-	9.595	8.902
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	-	-	28
Outros	137	-	388	-
	137	-	9.983	8.930
Total	288	-	12.104	11.248

- (i) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual requer que o Grupo seja ressarcido em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos à gestão da Neoenergia S.A.

14. DEPÓSITOS VINCULADOS A DEBÊNTURES

Não há saldo referente a 31 de dezembro de 2023, os quais foram utilizados durante o exercício para amortização parcial das debêntures (R\$9.990 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia deverá recompor o saldo da conta de depósitos vinculados a debêntures até 31 de dezembro de 2024, no montante mínimo de R\$4.500.

15. ATIVOS FINANCEIROS

A investida Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente G") foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal conforme Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica pela Afluente G, celebrado entre a Afluente G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

A Afluente G possui somente um contrato de venda de energia que tem como contraparte a Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia ("Coelba") e esse contrato possui a remuneração baseada em tarifa definida pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 167 de 10 de outubro de 2005, com reajustes efetuados anualmente.

Notas Explicativas

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão e demais documentos pertinentes ao assunto da desverticalização, como o contrato com a Coelba acima mencionado, a Administração da Afluente G entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um Ativo Financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual), classificada como um Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 17) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores.

O saldo referente a parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA e considerada como ativo financeiro, é de R\$20.044 (R\$19.147 em 31 de dezembro de 2022).

16. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

O valor justo é oriundo da aquisição das controladas, Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH S.A. e Bahia PCH S.A. ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O referido valor foi baseado no preço acordado no contrato de compra e venda das companhias e sua realização é reconhecida com base no prazo de autorização e/ou concessão dos ativos identificados à época da compra.

(a) Movimentação dos investimentos

	Galheiros	Santa Cruz	Afluente G	Goiás Sul	Rio PCH	Bahia PCH	Total do investimento
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	70%	100%	
Em 01 de janeiro de 2022	87.632	-	76.288	168.367	59.824	161.600	553.711
Equivalência patrimonial	6.438	7.270	30.991	22.874	13.421	44.159	125.152
Realização do ajuste ao valor justo (i)	-	-	(6.228)	5.154	1.023	3.056	3.005
Dividendos distribuídos	-	-	(22.308)	(23.675)	(18.191)	(24.866)	(89.040)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.191)	-	(7.489)	(5.432)	(3.187)	(10.488)	(27.787)
Integralização de capital	-	4.000	-	-	-	-	4.000
Provisão para perda de investimento	-	(11.270)	-	-	-	-	(11.270)
31 de dezembro de 2022	92.879	-	71.254	167.288	52.890	173.461	557.772
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	70%	100%	Total do investimento
Em 01 de janeiro de 2023	92.879	-	71.254	167.288	52.890	173.461	557.772
Equivalência patrimonial	7.740	22.331	33.473	31.396	20.214	51.984	167.138
Realização do ajuste ao valor justo (i)	-	-	(6.228)	5.154	1.024	3.056	3.006
Dividendos distribuídos	(3.572)	-	(25.061)	(19.109)	(16.031)	(31.463)	(95.236)
Redução de capital	(17.613)	-	(12.835)	(6.538)	-	(30.822)	(67.808)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.839)	-	(8.368)	(7.457)	(4.800)	(12.346)	(34.810)
Reclassificação para perda de investimento	-	(22.331)	-	-	-	-	(22.331)
31 de dezembro de 2023	77.595	-	52.235	170.734	53.297	153.870	507.731

(i) Amortização da mais e menos valia reconhecida na aquisição das controladas.

(b) Provisão para perda de investimento

A investida Santa Cruz possui saldo de patrimônio líquido negativo, desta forma o valor do investimento é apresentado no passivo.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para perda de investimento	16.808	39.138
	16.808	39.138

(c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

Em 31 de dezembro de 2023	Galheiros	Santa Cruz	Afluentes G	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I
Balanco Patrimonial resumido						
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	70%	100%
Ativo circulante	4.439	20.287	11.190	16.553	11.523	12.183
Ativo não circulante	76.965	138.022	42.335	249.105	188.564	178.149
Passivo circulante	3.809	71.564	17.841	12.995	60.092	17.925
Passivo não circulante	-	103.552	6.271	4.631	41.949	198
Patrimônio líquido	77.595	(16.807)	29.413	248.032	98.046	172.209
Demonstração de resultado resumida						
Receita líquida de vendas	17.341	56.826	52.967	64.677	62.291	72.376
Lucro bruto	7.824	36.940	34.274	33.448	41.107	53.595
Lucro líquido	7.740	18.072	33.473	31.396	28.877	51.984
Em 31 de dezembro de 2022	Galheiros	Santa Cruz	Afluentes G	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I
Balanco Patrimonial resumido						
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	70%	100%
Ativo circulante	23.570	41.243	45.673	52.198	44.304	58.994
Ativo não circulante	80.619	152.813	43.323	256.994	193.642	184.041
Passivo circulante	11.311	103.405	39.929	55.058	86.309	47.629
Passivo não circulante	-	129.789	6.863	4.394	52.707	550
Patrimônio líquido	92.878	(39.138)	42.204	249.740	98.929	194.856
Demonstração de resultado resumida						
Receita líquida de vendas	15.951	53.165	50.411	58.299	56.264	67.841
Lucro bruto	6.605	33.523	31.318	25.694	33.135	46.364
Lucro líquido	6.438	7.270	30.991	22.874	19.172	44.159

17. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

								Consolidado
	Imobilizado em andamento		Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Provisão de desmobilização	Edificações, obras civis e benfeitorias	Ativos de co geração	Total
Em 01 de janeiro de 2022	595	29.144	293.071	275.841	2.034	98.594	63.691	762.970
Adição	8.088	-	-	77	-	-	-	8.165
Depreciação	-	-	(3.992)	(15.366)	(732)	(3.795)	(8.491)	(32.376)
Baixa	-	-	(29)	(10)	-	-	-	(39)
Cisão (i)	(5.707)	(261)	-	(713)	(1.302)	(4.670)	(55.366)	(68.019)
Transferência	(2.600)	-	96	(1.462)	1.812	1.765	166	(223)
Saldo contábil, líquido	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	-	670.478
Custo	376	28.883	433.557	504.244	10.347	109.013	160.394	1.246.814
Depreciação acumulada	-	-	(144.411)	(245.877)	(8.535)	(17.119)	(160.394)	(576.336)
Em 31 de dezembro de 2022	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	-	670.478
Em 01 de janeiro de 2023	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	-	670.478
Adição	6.648	-	-	51	-	100	-	6.799
Depreciação	-	-	(4.032)	(13.639)	-	(3.569)	-	(21.240)
Transferência (ii)	3.838	-	(109)	852	(1.812)	130	-	2.899
Saldo contábil, líquido	10.862	28.883	285.005	245.631	-	88.555	-	658.936
Custo	10.862	28.883	391.693	414.959	-	126.824	160.394	1.133.615
Depreciação acumulada	-	-	(106.688)	(169.328)	-	(38.269)	(160.394)	(474.679)
Em 31 de dezembro de 2023	10.862	28.883	285.005	245.631	-	88.555	-	658.936

- (i) Em 31 de maio de 2022, ocorreu a cisão parcial dos ativos das usinas termoeletricas vide nota explicativa nº 1.
- (ii) As transferências referem-se à reclassificação entre intangível e imobilizado

Notas Explicativas

18. INTANGÍVEL

Política contábil

(a) Direito de autorização

Ativos identificados quando da aquisição das controladas (Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I). Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados nos prazos estabelecidos nas outorgas.

(b) Direito de uso de concessão

Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica, mediante a exploração da PCH Afluente G, pelos prazos estabelecidos na outorga.

O Grupo reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Afluente G poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos de aquisição e de implementação incorridos para que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Notas Explicativas

	Controladora		
	Direito de autorização (i)	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2022	4.148	1.112	5.260
Amortização	(201)	(607)	(808)
Transferência	(32)	77	45
Cisão	-	(582)	(582)
Saldo contábil, líquido	3.915	-	3.915
Custo	10.358	3.088	13.446
Amortização acumulada	(6.443)	(3.088)	(9.531)
Em 31 de dezembro de 2022	3.915	-	3.915
Em 01 de janeiro de 2023	3.915	-	3.915
Amortização	(495)	(142)	(637)
Transferência (ii)	(176)	176	-
Saldo contábil, líquido	3.244	34	3.278
Custo	10.390	1.016	11.406
Amortização acumulada	(7.146)	(982)	(8.128)
Em 31 de dezembro de 2023	3.244	34	3.278

- (i) Direito de autorização refere-se à outorga autorizativa recebida pela controlada Galheiros para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica pelo prazo estabelecido em outorga.
- (ii) As transferências referem-se às reclassificações entre contas do Intangível.

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Direito da autorização	Direito de concessão (i)	Servidões	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2022	105.521	21.398	-	1.423	128.342
Adição	-	57	-	-	57
Amortização	(12.363)	(4.317)	-	(870)	(17.550)
Cisão	-	-	-	(582)	(582)
Transferência	1.575	(366)	-	995	2.204
Saldo contábil, líquido	94.733	16.772	-	966	112.471
Custo	147.356	32.024	-	4.888	184.268
Amortização acumulada	(52.623)	(15.252)	-	(3.922)	(71.797)
Em 31 de dezembro de 2022	94.733	16.772	-	966	112.471
Em 01 de janeiro de 2023	94.733	16.772	-	966	112.471
Adição (ii)	-	1.643	-	46	1.689
Amortização	(13.172)	(3.277)	(23)	(133)	(16.605)
Transferência (iii)	(3.853)	501	574	(121)	(2.899)
Saldo contábil, líquido	77.708	15.639	551	758	94.656
Custo	142.147	34.168	692	6.056	183.063
Amortização acumulada	(64.439)	(18.529)	(141)	(5.298)	(88.407)
Em 31 de dezembro de 2023	77.708	15.639	551	758	94.656

- (i) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipulada pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro, vide nota explicativa nº 14.
- (ii) Referem-se quase em toda sua totalidade a obras e edificações em andamento na controlada Afluente G.
- (iii) As transferências referem-se às reclassificações entre contas do intangível e imobilizado.

19. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços	329	52	8.753	7.275
Compra de energia	-	-	4.095	3.965
Custo de transmissão	-	-	202	237
Taxa de fiscalização Aneel	-	-	-	8
	329	52	13.050	11.485

20. DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205.

Em 15 de outubro de 2021, a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15 de outubro de 2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Debêntures	64.706	52.272	94.794	82.212
(-) Custo de colocação debêntures	(3.208)	-	(3.208)	-
	61.498	52.272	91.586	82.212
Não circulante				
Debêntures	498.312	547.875	573.749	651.826
(-) Custo de colocação debêntures	(15.205)	(21.250)	(15.304)	(21.413)
	483.107	526.625	558.445	630.413
Total debêntures	544.605	578.897	650.031	712.625

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Essentia PCHs	3ª emissão Debêntures	625.000	15/10/2021	CDI + 2,00% a.a.	Bullet	Bullet	15/10/2029	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia, (ii) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis da Companhia, (iii) alienação fiduciária das ações das Fiadoras, e (iv) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis das Fiadoras	563.019	600.147	563.019	600.147
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ªSérie - R\$ 57.000 2ªSérie - R\$ 38.000 3ªSérie - R\$ 41.000 4ªSérie - R\$ 39.000	15/06/2013	IPCA + 8.80% a.a.	Anual	Anual	1ªSérie - 15/06/2027 2ªSérie - 15/09/2026 3ªSérie - 15/12/2026 4ªSérie - 15/03/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.			105.524	133.891
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	(18.414)	(21.250)	(18.512)	(21.413)
									544.605	578.897	650.031	712.625

Notas Explicativas

a) Movimentação de debêntures

Movimentação	Controladora		
	Debêntures	(-) Custo de colocação debêntures	Total
Saldo em 01/01/2022	636.048	(23.743)	612.305
Provisão de juros	85.011	-	85.011
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.493	2.493
Liquidação do principal	(42.875)	-	(42.875)
Liquidação dos encargos	(78.037)	-	(78.037)
Saldo em 31/12/2022	600.147	(21.250)	578.897
Saldo em 01/01/2023	600.147	(21.250)	578.897
Provisão de juros	83.652	-	83.652
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.836	2.836
Liquidação do principal	(34.250)	-	(34.250)
Liquidação dos encargos	(86.530)	-	(86.530)
Saldo em 31/12/2023	563.019	(18.414)	544.605
		31/12/2023	31/12/2022
Curto prazo		61.498	52.272
Longo prazo		483.107	526.625
Total		544.605	578.897
Movimentação	Consolidado		
	Debêntures	(-) Custo de colocação debêntures	Total
Saldo em 01/01/2022	785.652	(23.990)	761.662
Provisão de juros	97.341	-	97.341
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.576	2.576
Atualização monetária	8.083	-	8.083
Liquidação do principal	(65.776)	-	(65.776)
Liquidação dos encargos	(91.261)	-	(91.261)
Saldo em 31/12/2022	734.039	(21.414)	712.625
Saldo em 01/01/2023	734.039	(21.414)	712.625
Provisão de juros	94.238	-	94.238
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.903	2.903
Atualização monetária	5.835	-	5.835
Liquidação do principal	(67.424)	-	(67.424)
Liquidação dos encargos	(98.146)	-	(98.146)
Saldo em 31/12/2023	668.542	(18.511)	650.031
		31/12/2023	31/12/2022
Curto prazo		91.586	82.212
Longo prazo		558.445	630.413
Total		650.031	712.625

Notas Explicativas

b) Condições restritivas financeiras ("covenants")

As debêntures emitidas pela Companhia contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis intermediárias semestrais individuais e consolidadas da Essentia PCHs S.A.

A Companhia está obrigada ao cumprimento do índice de alavancagem dado pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição semestral.

As debêntures emitidas pela Santa Cruz também estão sujeitas a covenants financeiros, sendo obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) com caixa individual de no mínimo 1,20, e Dívida Líquida/(EBITDA + Mútuos + AFACs + integralizações) de no máximo 3,50 a partir do ano referência de 2023.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Companhia e controladas (ou a Adm) possuem controles de acompanhamento e apuração semestral e anual dos covenants financeiros, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados descumprimentos de covenants.

c) Composição por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	52.272	-	82.212
2024	64.706	49.563	94.794	76.540
2025	66.625	66.625	94.577	95.686
2026	80.375	80.375	110.516	111.707
2027	90.125	90.125	107.469	106.705
2028	121.313	121.313	121.313	121.313
2029	139.875	139.875	139.875	139.875
	563.019	600.148	668.543	734.038

21. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte a recolher, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e ISS (Imposto sobre serviços) e PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	-	-	3.962	2.856
ICMS a pagar	-	-	28	27
ISS a pagar	-	-	55	60
PIS e COFINS a pagar	84	79	2.437	1.201
Salários, provisões e encargos sociais	907	31	2.044	1.559
Outros	13	3	267	169
	1.004	113	8.793	5.872

22. PARTES RELACIONADAS

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

Empresas	Natureza	31/12/2023			Controladora 31/12/2022		
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Galheiros Geração de energia elétrica S.A	Custo compartilhado	6	-	-	102	-	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Custo compartilhado	-	-	11	209	-	-
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	Custo compartilhado	-	-	8	158	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	Custo compartilhado	-	-	22	408	-	-
Rio PCH I S.A.	Custo compartilhado	-	-	18	330	-	-
Bahia PCH I S.A.	Custo compartilhado	-	-	10	211	-	-
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	Reembolso	-	-	-	-	-	729
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A	Reembolso	-	-	-	-	-	1.285
		6	-	69	1.418	-	2.014
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Outras contas a receber	-	-	-	2.798	-	-
		-	-	-	2.798	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A	Dividendos a pagar	-	-	15.854	-	-	13.444
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A	Dividendos a pagar	-	-	7.393	-	-	2.561
Galheiros Geração de Energia elétrica S.A	Dividendos a receber	2.233	-	-	1.585	-	-
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	Dividendos a receber	13.723	-	-	7.489	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	Dividendos a receber	7.457	-	-	17.653	-	-
Rio PCH I S.A.	Dividendos a receber	31.545	-	-	27.442	-	-
Bahia PCH I S.A.	Dividendos a receber	14.797	-	-	10.488	-	-
		69.755	-	23.247	64.657	-	16.005
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Contratos de mútuo	-	27.343	-	-	25.810	-
Rio PCH I S.A.	Contratos de mútuo	10.856	41.886	-	14.593	52.461	-
		10.856	69.229	-	14.593	78.271	-
Total		80.617	69.229	23.316	83.466	78.271	18.019

Notas Explicativas

Empresas	Natureza	Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	
		Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	Reembolso	-	-	729
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A	Reembolso	-	-	1.285
		-	-	2.014
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A	Dividendos a pagar	-	15.854	13.444
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A	Dividendos a pagar	-	7.393	2.561
PCH Administração e Participações Ltda	Dividendos a pagar	-	13.515	11.754
		-	36.762	27.759
Total		-	36.762	29.773

Empresas	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
Essentia PCHs S.A	Despesa de custo compartilhado	(609)	(577)	(3.836)	(4.558)
Infraestrutura Brasil Holding I	Reembolso	(86)	(729)	(86)	(729)
Infraestrutura Brasil Holding IV	Reembolso	(86)	(1.285)	(86)	(1.285)
		(781)	(2.591)	(4.008)	(6.572)
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Receita de juros de contratos de mútuo	1.553	1.592	-	-
Rio PCH I S.A.	Receita de juros de contratos de mútuo	9.950	11.666	-	-
		11.503	13.258	-	-
Contour Global Solar Holdings	Variação cambial	-	-	-	12
		-	-	-	12
Total das despesas		10.722	10.667	(4.008)	(6.560)

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro de 2023 as despesas de folha de pagamento incorridas pela Companhia que beneficiam todas as empresas, foram rateadas entre todas as SPEs de acordo com a capacidade instalada de cada usina. Adicionalmente valores pagos pelas empresas Infraestrutura Brasil Holding I S.A. e Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. em nome da Companhia foram cobrados como reembolso.

Dividendos

São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.), os montantes incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 1.880 (R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

A Companhia possui contratos de outorga do Incentivo de Longo Prazo (ILP) que foram firmados pela Companhia e representam a outorga do direito sobre valorização de investimento pela Assembleia Geral, o qual está sujeita ao limite global de 5% (cinco por cento) do Ganho do Acionista. O Plano do Incentivo de Longo Prazo tem por objetivo permitir que seus Beneficiários façam jus, de acordo com os termos e condições previstos, ao Incentivo, consubstanciado no direito ao recebimento de valor em dinheiro, ou de ações de emissão da Companhia, conforme o caso, atrelado a potencial valorização do investimento realizado pelo Acionista Controlador, proporcional ao percentual atribuído a cada Beneficiário. O pagamento de qualquer valor devido a título de Incentivo ocorrerá apenas no âmbito de um Evento de Liquidez decorrente de uma Transferência de Controle da Companhia. A atual previsão é que o pagamento deverá ser realizado pela Companhia, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de recursos aos Beneficiários.

Contratos de mútuo

Mutante	Mutuária	Valor do contrato	Prazo do contrato	Juros	31.12.2023
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	5.500	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	8.842
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	3.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	2.460
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	2.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	4.508
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	6.000	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	8.479
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	4.800	Indeterminado	7% a.a.	3.054
Essentia PCHs S.A.	Rio PCH I S.A.	39.227	15 de julho de 2024	CDI 100% + spread de 3% a.a.	7.941
Essentia PCHs S.A.	Rio PCH I S.A.	44.559	15 de julho de 2026	CDI 100% + spread de 4,2% a.a.	44.801
Total		106.686			80.085

23. PROVISÃO LIMINAR GARANTIA FÍSICA E PENALIDADE DE LASTRO DE ENERGIA

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia	38.635	41.890
	38.635	41.890

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionado e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

Notas Explicativas

24. PROVISÃO PARA RISCOS

Política contábil

O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária e regulatória movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros.

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros.

a) Os saldos da provisão para riscos prováveis de perda são demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	158	72	6.118	6.214
Cíveis	-	-	3.747	3.566
Tributárias	-	-	871	-
(-) Depósitos judiciais - Trabalhista	-	-	(99)	(99)
(-) Depósitos judiciais - Cível	-	-	(1.042)	(1.042)
	<u>158</u>	<u>72</u>	<u>9.595</u>	<u>8.639</u>

Notas Explicativas

b) Movimentação da provisão para riscos prováveis

Movimentação	Controladora				Consolidado					
	Natureza			Total	Natureza					Total
	Trabalhistas	Tributários	(-) Depósitos Trabalhistas		Trabalhistas	Cíveis	Tributários	(-) Depósitos Trabalhistas	(-) Depósitos Cível	
Saldo em 31/12/2021	54	-	-	54	7.210	3.002	793	(97)	(580)	10.328
Constituição	72	-	-	72	55	756	-	(18)	-	793
(-) Reversões	-	-	-	-	(1.488)	(169)	(854)	-	-	(2.511)
Cisão	(54)	-	-	(54)	(54)	(337)	-	18	-	(373)
Atualização monetária	-	-	-	-	491	314	61	(2)	31	895
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	(493)	(493)
Saldo em 31/12/2022	72	-	-	72	6.214	3.566	-	(99)	(1.042)	8.639
Constituição	64	-	-	64	129	25	871	-	-	1.025
(-) Pagamentos	-	-	-	-	-	(250)	-	-	-	(250)
(-) Reversões	-	-	-	-	(1.087)	-	-	-	-	(1.087)
Atualização monetária	22	-	-	22	862	406	-	-	-	1.268
Saldo em 31/12/2023	158	-	-	158	6.118	3.747	871	(99)	(1.042)	9.595

c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

Empresas	Consolidado			
	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários
Santa Cruz Power Corporation S.A.	-	-	-	14.482
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	7.877
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	3.651	-	2.471	-
Rio PCH I S.A.	52.186	689	90	120
Bahia PCH I S.A.	32.288	23	337	167
Essentia PCHs S.A.	-	276	-	2.529
Saldo em 31/12/2022	94.630	1.456	3.044	27.755
Santa Cruz Power Corporation S.A.	-	-	-	13.640
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	8.333
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	6.835	-	-	-
Rio PCH I S.A.	14.636	780	-	129
Bahia PCH I S.A.	4.272	-	369	182
Essentia PCHs S.A.	-	128	-	2.537
Saldo em 31/12/2023	25.743	908	369	24.821

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto:

(i) **Trabalhistas:** Reclamações Trabalhistas que tem por principais matérias: retificação de perfil profissiográfico, indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais e participação nos lucros.

(ii) **Tributárias:** processos judiciais e administrativos, que tem como matéria mais relevante, diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de mercadorias.

(iii) **Ambientais:**

- Autos de Infração lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de Ictiofauna supostamente sem autorização do órgão competente e suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação;

Notas Explicativas

- Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Órgão para apresentação de documentos ambientais solicitados;
- Duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente.

Principais movimentações:

Na Controlada Rio PCH I S.A, foi constatada a existência de prescrição intercorrente de auto de infração ambiental, no valor aproximado de R\$ 42.000.

Na Controlada Bahia PCH I S.A, foi arquivado um processo de auto de infração ambiental no montante aproximado de R\$32.000 em razão do reconhecimento de prescrição intercorrente.

(iv) Cíveis:

Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Quantidade de			Quantidade de		
Acionistas	Participação - %	ações	Total	Participação - %	ações	Total
Infraestrutura Brasil Holding XVII	68%	133.633.364	42.664	84%	183.009.967	58.428
Infraestrutura Brasil Holding XIX	32%	62.309.985	19.893	16%	34.859.041	11.129
	100%	195.943.349	62.557	100%	217.869.008	69.557

Em julho de 2023, a Companhia aprovou a redução de capital no montante de R\$ 7.000, montante esse realizado em dezembro de 2023, passando de R\$ 69.557 para R\$ 62.557.

(b) Reserva legal

É constituída à razão do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social.

Em 2023, devido redução do capital social no montante de R\$ 7.000, o limite da reserva legal da Companhia foi ultrapassado e por isso o valor de R\$ 1.400 foi revertido.

(c) Dividendos

A Companhia registrou dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nos montantes de R\$ 15.854 e R\$ 7.393 para suas acionistas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., respectivamente.

Notas Explicativas

A controlada Rio PCH I registrou dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para não controladores no valor total de R\$ 2.056.

(d) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$ 69.737 ultrapassam em R\$ 7.180 o capital social da Companhia que é de R\$ 62.557. Em observância ao artigo 199 da Lei nº. 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social.

(e) Lucro básico e diluído por lote de mil ações

Lucro básico e diluído por lote de mil ações	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia proveniente de operações continuadas	92.984	53.471
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia proveniente de operações descontinuadas	-	10.551
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	195.943	217.869
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações das operações continuadas- R\$	0,47	0,25
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações das operações descontinuadas- R\$	-	0,05
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações das operações total- R\$	0,47	0,29

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos de concessão e pesquisa e desenvolvimento P&D.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes.

A receita operacional do Grupo está baseada em contratos regulados de venda de energia hidroelétrica de longo prazo com duração média de 30 anos, firmados com distribuidoras de energia, além de contratos de fornecimento de energia elétrica e vapor, provenientes de plantas de cogeração, cujas condições foram acordadas livremente com indústrias diversas também no longo prazo com duração média 20 anos, sujeitos a renovação.

Notas Explicativas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida		
Receita com energia	340.768	316.202
(-) Impostos sobre vendas	(12.194)	(11.592)
(-) Encargos sobre concessão	(1.582)	(2.258)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(513)	(420)
	326.479	301.932

27. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo de venda de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	41.842	42.987
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	7.893	8.263
Custo de operação (b)	60.446	61.221
	110.182	112.471

(a) Venda de energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda (i)	36.831	35.422
Custo de liquidação CCEE	5.011	7.565
	41.842	42.987

(i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (Generation Scaling Factor) e redução de garantia física das Companhias Santa Cruz, Galheiros, Afluente G, Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I.

(b) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	6.482	7.430
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	16.399	14.252
Depreciações e amortizações - direito de uso	357	135
Depreciações e amortizações	37.208	39.404
	60.446	61.221

Notas Explicativas**28. DESPESA GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	2.914	3.046
Despesas tributárias	27	470
Outras despesas operacionais	99	220
Seguros	77	57
Depreciações e amortizações	637	808
Despesas compartilhadas	609	577
	4.363	5.178

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	3.915	5.418
Aluguéis	(22)	10
Seguros	3.856	5.891
Despesas tributárias	35	656
Outras despesas operacionais (i)	361	124
Depreciações e amortizações	637	808
Despesas compartilhadas	4.008	6.572
	12.790	19.479

- (i) No segundo trimestre de 2023, foram efetuados estornos de atualizações dos passivos contingentes da Contour Global do Brasil Participações S.A.

29. RESULTADO FINANCEIRO**Política contábil**

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais, taxas, tarifas e multas.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Períodos findos em		Períodos findos em	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesa financeira				
Juros sobre debêntures	(83.652)	(85.011)	(94.238)	(97.341)
Amortização de custos de emissão de debêntures	(2.836)	(2.493)	(2.903)	(2.576)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(5.835)	(8.083)
Despesas com captação de empréstimos	-	(290)	-	-
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia (i)	-	-	1.935	(3.443)
Atualização financeira direito de uso	-	-	(37)	-
Outras despesas financeiras	(612)	3	(1.153)	(1.463)
	(87.100)	(87.791)	(102.231)	(112.906)
Total das despesas financeiras	(87.100)	(87.791)	(102.231)	(112.906)
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1.353	2.486	11.076	9.842
Variação cambial	-	22	-	22
Atualização do ativo financeiro	-	-	897	1.092
Outras receitas	1.466	94	1.503	685
	2.819	2.602	13.476	11.641
Receita financeira com partes relacionadas				
Resultado com partes relacionadas	11.484	13.258	-	-
	11.484	13.258	-	-
Total das receitas financeiras	14.303	15.860	13.476	11.641
Resultado financeiro	(72.797)	(71.931)	(88.755)	(101.265)

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reverteu a atualização monetária referente a penalidade de lastro de energia.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

Imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro contábil antes dos impostos	92.984	61.599	114.752	79.268
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(31.615)	(20.944)	(39.016)	(26.951)
Despesas permanentes não dedutíveis	-	(170)	-	(170)
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(26.234)	(22.460)	(26.234)	(22.460)
Ajuste relativo a períodos anteriores	-	2.424	-	2.424
Resultado de equivalência patrimonial	57.849	43.573	-	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	52.145	37.663
Encargo fiscal	-	2.423	(13.105)	(9.494)
Corrente	-	2.423	(13.105)	(9.494)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	2.423	(13.105)	(9.494)
Alíquota efetiva	-	-	11%	12%

Em 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

31. COMPROMISSOS

	Consolidado		
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Contrato de compra de energia (i)	31.488	81.423	-
	31.488	81.423	-

- (i) Contrato de compra de energia: Aquisição de energia elétrica para cobertura de *déficit* causado pela redução da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

Notas Explicativas

32. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes no montante de R\$ 1.405.567, (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A). O seguro de responsabilidade civil no montante de R\$ 60.000 também é compartilhado com todas as empresas controladas pela Companhia. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requeiram divulgação.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos acionistas da Essentia PCHs S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Essentia PCHs S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Essentia PCHs S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Capital Circulante Negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta a capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 de R\$65.180 no Consolidado. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.4, nº 17 e nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado e ativo intangível decorrente da aquisição das controladas, Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH S.A. e Bahia PCH S.A. ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e

apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2023 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e Relatório de Desempenho. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e Relatório de Desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e Relatório de Desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração ou no Relatório de Desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

Eduardo Bechara de Rosa
CFO e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Limited Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

Eduardo Bechara de Rosa
CFO e Diretor de Relações com Investidores